

Monitorização da qualidade de redes e serviços de telecomunicação e regulamento das tarifas excessivamente altas na rede comercial

Chan U Iong 6/8/2020

Recentemente, os residentes de Macau deram conhecimento do fraco sinal da rede móvel 4G na região e após vários testes simples de recepção de sinal de telemóvel efectuados no âmbito pessoal em locais distintos, confirmou-se a existência de um problema de sinal de rede insuficiente. Foi dado a saber que, devido a falhas no serviço de telecomunicações, algumas redes comerciais ficavam desconectadas. Hoje em dia, os serviços de telecomunicações sociais são parte integrante fundamental das actividades comerciais civis e a disponibilização de um serviço de telecomunicações com elevada qualidade e estabilidade constitui uma responsabilidade básica das operadoras de telecomunicações.

O Governo da RAEM tem-se dedicado a promover a construção da "Cidade Inteligente" nos últimos anos, mas para os serviços de rede fundamentais da cidade inteligente, as tarifas comerciais são ridiculamente elevadas em Macau, e os serviços prestados não são tão bons como os fornecidos para o uso pessoal. Em comparação para a mesma velocidade de internet, a tarifa dos serviços de rede para o uso comercial é mais de cinco vezes superior à destinada ao uso individual, sendo que a velocidade máxima de rede no uso comercial apenas consegue atingir metade da velocidade máxima no uso pessoal. Seja a nível pessoal, seja a nível comercial, os utilizadores estão ligados à Internet, única rede de alcance mundial. Assim, por que razão existe uma diferença tão evidente entre Macau, Hong Kong e Singapura, e uma desigualdade na cobrança de tarifas entre os serviços de rede para utilizadores a título pessoal ou comercial? Tudo isto não só resulta em encargos graves, altos custos e instabilidade para as PME, mas também coloca obstáculos ao desenvolvimento tecnológico da rede de Macau. Nesse sentido, apresento as seguintes sugestões:

1. Que os CTT supervisionem, de forma completa, a rede e os serviços de telecomunicações, e realizem, periodicamente e, conforme critérios rigorosos, inspecções aleatórias a nível de estabilidade e qualidade dos serviços disponibilizados. Além disso, que as operadoras de comunicações forneçam periodicamente as informações relativas a incidentes de diferentes graus de gravidade, e os CTT, depois de analisarem as informações em causa, ajustem os requisitos, divulgando periodicamente, para os



cidadãos, os resultados da monitorização.;

- 2. O Conselho de Consumidores deve analisar a razoabilidade e averiguar irregularidades nos critérios da tarifa cobrada nos serviços de telecomunicações, como a exigência de ligação ao endereço electrónico no serviço solicitado e outros métodos que violem os direitos e interesses do consumidor;
- 3. O Governo deve proceder a intervenções necessárias, no que respeita às tarifas dos serviços de rede, uma vez que a cobrança injustificada de preços de rede comercial obstaculiza gravemente o desenvolvimento tecnológico nesta área.